A SOCIOLINGUÍSTICA: UMA NOVA MANEIRA DE LER O MUNDO

Neste primeiro capítulo, vou descrever as circunstâncias que presidiram à emergência da Sociolinguística, no século passado, e remeter a autores que contribuíram para a gênese e o desenvolvimento dessa disciplina.

A Sociolinguística como uma ciência autônoma e interdisciplinar teve início em meados do século xx, embora haja vários linguistas que, muito antes dos anos 1960, já desenvolviam em seus trabalhos teorias de natureza claramente sociolinguística, como é o caso de Meillet [1866-1936],' Bakhtin [1895-1975] e membros do Círculo Linguístico de Praga. Esses são pensadores que levavam em conta o contexto sociocultural e a comunidade de fala em suas pesquisas linguísticas, ou seja, não dissociavam o material da fala do produtor dessa fala, o falante - pelo contrário, consideravam relevante examinar as condições em que a fala era produzida.

Duas premissas básicas da Linguística Estruturalista do século XX aplainaram o caminho para a emergência da Sociolinguística como um campo interdisciplinar. Tais premissas são o relativismo cultural e a heterogeneidade linguística, inerente e sistemática (cf. Bortoni-Ricardo, 1997). Nos próximos capítulos, discutirei com detalhes essas premissas.

O relativismo cultural é uma postura adotada nas ciências sociais, inclusive na Linguística, segundo a qual uma manifestação de cultura prestigiada na sociedade não é intrinsecamente superior outras (cf. Bortoni-Ricardo, 2008). É uma herança da antropologia cultural, que se originou da pesquisa de Franz Boas [1858-1942] (1974/1911) sobre as línguas ameríndias. Para esse autor teuto-americano, nenhum padrão de uma cultura ou de uma língua deveria ser considerado inferior, ainda que seja apropriado postular distinções funcionais entre ele e seus congêneres. Inicialmente, essa premissa relativista aplicou-se a comparações entre línguas, mas, com o advento da crença na heterogeneidade ordenada e do reconhecimento da existência de muitas variedades no âmbito de

qualquer língua natural, linguistas nos Estados Unidos e na Europa ampliaram o escopo da premissa relativista para a comparação entre variedades de uma língua, ou, até mesmo, entre os estilos no repertório de um falante.

Ver, a propósito, o capítulo "A herança da Linguística Estruturalista: o tratamento da variação linguística".

Na sua infância, a pesquisa sociolinguística foi motivada pela constatação de que crianças oriundas de grupos linguísticos minoritários apresentavam desempenho escolar muito inferior ao das crianças provenientes de classe média e classe alta. Hoje podemos explicar essas diferenças com base no grau de letramento com que as crianças convivem em seu ambiente familiar. Na década de 1960, quando os primeiros sociolinguistas buscavam no repertório linguístico das crianças as explicações para o seu melhor ou pior ajustamento à cultura escolar, ainda pouco se discutia o impacto da cultura letrada sobre grupos sociais ou nacionais.

Liderados por William Labov, os sociolinguistas pioneiros, nos Estados Unidos, desenvolveram intensivas análises contrastivas entre a variedade do inglês que era a língua materna dos alunos em questão e o chamado inglês padrão, falado e ensinado na escola (Labov, 1969; 1972). Nesses tempos em que se firmavam as raízes da Sociolinguística, essa ciência voltou-se prioritariamente para a descrição da variação e dos fenômenos em processo de mudança, inerentes à língua, expandindo-se depois para outras dimensões da linguagem humana. É o que nos mostrou, em 1996, John Gumperz [1922-2013].

Desde meados dos anos 1960, quando o termo sociolinguística apenas começava a ser aceito, essa disciplina vem ampliando seus objetivos iniciais de investigação, muito além da explicação dos processos de mudança e difusão linguísticos. Na atualidade, especialmente durante a última década, converteu-se em uma disciplina central, preocupada com todos os aspectos da comunicação verbal nas sociedades humanas. Em particular, com as formas como a comunicação influi

e reflete as relações de poder e dominação, com o papel que a linguagem joga na formação e perpetuação de instituições sociais, assim como, com a transmissão da cultura.

Nessas múltiplas incursões da disciplina, há que se distinguir, ainda conforme John Gumperz, aspectos analíticos micros e macros (ver capítulo "A Micro e a Macrossociolinguística"). A Macrossocio-linguística equivale, grosso modo, ao que Fishman (1972a; 1972b) denominou Sociologia da linguagem. Fasold (1984; 1990) publicou dois volumes para tratar desses dois níveis: The Sociolinguistics of Society e The Sociolinguistics of Language (respectivamente: A Sociolinguística da sociedade e A Sociolinguística da língua, em tradução livre). No primeiro, acolheu temas como multilinguismo, bilinguismo, diglossia, atitudes linguísticas, manutenção e mudança linguística, bem como planejamento e estandardização da língua vernácula. No segundo, incluiu a Etnografia da comunicação, o discurso, a linguagem e o sexismo, a pragmática linguística, as implicaturas conversacionais, as línguas pidgins e crioulas, a variação linguística e as múltiplas aplicações da disciplina. Todos esses temas serão discutidos nos próximos capítulos.

A Sociolinguística, como uma disciplina independente, é caudatária do conceito de competência comunicativa do linguista norte-americano Dell Hymes [1927-2009], que se seguiu à introdução da teoria linguística hegemônica de Noam Chomsky, iniciada no livro Syntactic Structures (1957), no qual ele retoma a dicotomia saussureana, língua e fala, reanalisadas como competência e desempenho, e consolidadas em sua obra seguinte Aspects of the Theory of Syntax (1965) (cf. Bortoni-Ricardo, 2004, capítulo 6; e Bortoni-Ricardo, 2005, capítulo 6). A língua para o suíço Ferdinand de Saussure [1857-1913] é um sistema abstrato partilhado pelos falantes que lhe dão concretude no âmbito da fala.

Para Chomsky, o conhecimento que os falantes têm da língua é a competência, que se materializa no que ele denominou desempenho ou performance. Hymes (1966) reinterpretou o conceito chomskyano de competência, acrescentando-lhe a noção de adequação na produção linguística, isto é, o

conhecimento que permite ao falante produzir infinitas sentenças, de acordo com o sistema da língua, inclui também a capacidade que o falante tem de adequar seu discurso ao interlocutor e às circunstâncias que presidem à sua enunciação. Essa reinterpretação, que valorizava as condições de produção da fala, é afim aos princípios sociolinguísticos, já que estes trouxeram as dimensões sociais para o âmbito dos estudos da linguagem.

Segundo a narrativa de Camacho (2013), em maio de 1964, encontraram-se 25 pesquisadores na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) para uma conferência sobre Sociolinguística, promovida por William Bright. Por esse tempo, vários linguistas reunidos no Center For Applied Linguistics e na Universidade de Georgetown, em Washington D.C., buscavam construir metodologias, de caráter variacionista, que dessem conta da heterogeneidade linguística nos grandes centros urbanos, motivados principalmente pelo fraco desempenho escolar de crianças de grupos étnicos e sociais minoritários, particularmente, os falantes do vernáculo afro-americano.[2] Entre eles estavam William Labov, Walt Wolfram, Ralph Fasold e Charles-James Bailey, cujos trabalhos pioneiros podem ser recuperados na coletânea organizada por Wolfram e Fasold (1972): The Study of Social Dialects in American English.

Os esforços dos sociolinguistas variacionistas em relação ao vernáculo afro-americano àquela altura seguiam duas tendências inter-relacionadas: 1) rejeitar veementemente o modelo de déficit linguístico que se atribuía aos estudantes com fraco desempenho escolar e a política educacional compensatória que emergirá desse modelo; e 2) explorar a relação entre língua e leitura, propondo novas abordagens para o ensino da leitura [...]. O pressuposto que partilhavam era o de que os problemas de leitura tinham origem nas diferenças entre o sistema linguístico do vernáculo afro-americano e do inglês padrão e no desencontro entre a orientação cultural das crianças afro-americanas e as expectativas da escola. Labov (1969) estabelecia uma clara distinção entre conflitos estruturais, originários das diferenças entre estruturas linguísticas, e conflitos funcionais, que eram um fenômeno transcultural. Para ele, os problemas de leitura das crianças do gueto

estavam enraizados numa situação de ignorância recíproca: professores e alunos ignorando mutuamente os sistemas linguísticos uns dos outros. Ele recomentava fortemente que os professores aprendessem a fazer uma distinção entre diferenças [dialetais] de pronúncia e gramática e erros de leitura (Bortoni-Ricardo, 1997: 61; tradução da autora).

O conceito de relativismo cultural, avançado por Franz Boas, foi introduzido neste primeiro capítulo porque não se pode ler sobre Sociolinguística nem entender as premissas em que essa disciplina se assenta sem que se perceba o alcance epistemológico da noção de relativismo cultural. Da mesma forma, há que se ter claro o conceito de letramento antes de avançarmos na reflexão mais específica sobre Sociolinguística. Letramento é uma tradução feliz do inglês que se propôs no Brasil para a palavra "literacy", que ainda não aparece no New Illustrated Webster's Dictionary na edição de 1992. O mesmo dicionário, contudo, à página 571, define assim a palavra "literate". adj. 1. able to read and write. 2. Having a knowledge of letters or literature: educated n. - 1. Anyone able to read and write [...][<litteratus <littera - letter]. O dicionário bilíngue inglês-português Webster's, editado por Antônio Houaiss, em 1983, traz a seguinte definição para "literacy": "s. capacidade de ler e escrever; alfabetização, instrução (esp. de 1º grau)".

Em inglês, a palavra "literacy" é mais usada no sentido de alfabetização. Vejamos o que dizem Robert Fisher e Mary Williams na introdução de um guia para professores.

Um dos propósitos centrais da educação é ajudar os alunos a ler e escrever. Para muitas crianças [...] aprender a se tornar letrado é uma luta, à medida que elas e seus professores buscam a chave que vai destravar os mistérios de aprender a ler e a escrever. Neste livro exploramos modos de como ajudar as crianças a desenvolverem suas habilidades de alfabetização [literacy], pensando e aprendendo. Tentamos mostrar como o ensino da alfabetização [literacy], incluindo a hora diária de alfabetização [Literacy], realizada todas as manhãs nas escolas inglesas, pode ser usada criativa e imaginativamente a fim de desenvolver habilidades de leitura,

escrita, fala e compreensão oral com crianças de todas as idades e habilidades (Fisher e Williams, 2000: vii; tradução da autora).

Segundo Kleiman (1995), o conceito de letramento começou a ser usado no Brasil nos anos 1980, acompanhando os avanços do pensamento sobre o tema em outros países. O foco dos estudos de letramento eram as mudanças sociopolíticas e demográficas que se seguiram ao uso extensivo da escrita. Daí o interesse progrediu para a análise do desenvolvimento da tecnologia da escrita em grupos nacionais ou sociais, em sociedades não industrializadas. É oportuno lembrar que foi depois da invenção da imprensa por Gutenberg [1398-1468] que os países europeus passaram a fazer uso disseminado da leitura e da escrita, antes circunscritas aos mosteiros.

Ainda segundo Kleiman (1995: 22), a lógica subjacente ao primeiro modelo dos estudos de letramento previa correlação entre aquisição da escrita e desenvolvimento cognitivo; a dicotomização entre oralidade e escrita e o reconhecimento de poderes intrínsecos à escrita e aos que a detinham (cf. Olson, 1983; Ong, 1982).

Essas posturas foram sendo revistas, contudo. Na década de 1980, particularmente importante foi a constatação de que muitos dos processos cognitivos considerados como consequência da escrita decorrem de fato de práticas escolares. É o treinamento escolar, e não a escrita per se, que molda certos modos de processar o pensamento lógico. Uma relevante reanálise que veio influenciar os novos estudos de letramento foi avançada por Brian Street (1984), que identificou duas maneiras de se conceber o letramento: atribuindo-lhe um caráter autônomo ou analisando-o de uma perspectiva ideológica.

No chamado modelo autônomo de letramento, segundo a dicotomia proposta por Street, atribui-se imanentemente à escrita, e por consequência também à leitura, o apanágio de habilitar o indivíduo a realizar operações cognitivas complexas, independentemente de seus antecedentes ou de seu contexto. Um corolário desse

entendimento é uma perversa distinção entre indivíduos que sabem ler e escrever, e, portanto, estão aptos a desenvolver raciocínios complexos, e indivíduos incapazes de tais raciocínios, dotados de uma mente pré-lógica. Percebe-se aí a replicação de noções preconceituosas e discriminatórias, que pontuam a história do pensamento humano.

Walter Olson que, em um primeiro momento, aderiu a essa visão de letramento, em 1985, se perguntava:

1. É o letramento, incluindo a invenção dos sistemas de escrita e o desenvolvimento da impressão gráfica, um fator decisivo na mudança histórica e cultural?

2. O letramento altera a vida dos indivíduos social e mentalmente? Em caso afirmativo, como isso se dá?

3. O que há no letramento que é decisivo para produzir essas mudanças sociais e pessoais? É a tecnologia da escrita? É o desenvolvimento das formas de arquivamento? É o domínio da informação preservada nessas formas de arquivo? É o crescimento de um público leitor? É o grau de letramento que é significativo? Há uma homologia entre letramento e a mudança histórica e cultural, por um lado, e as habilidades letradas e mudanças cognitivas em crianças que crescem em uma sociedade letrada, por outro? [...]

4. Finalmente, há diferenças importantes entre a linguagem oral e a escrita? (Olson, 1985: 4 ss.; tradução da autora).

Para depois concluir que praticamente tudo que pode ser escrito pode ser falado, as diferenças ficam apenas nas opções linguísticas referentes aos recursos próprios das duas modalidades. Conclui ainda que as convenções relativas à escrita estão associadas a maior prestígio e autoridade. Como conclusão final, ele assevera:

O letramento não causa mudança social, modernização ou industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser vital para desempenhar certos papéis numa sociedade industrializada. [...] O que interessa é o que as pessoas fazem com

o letramento e não o que o letramento faz com as pessoas (Olson, 1985: 13; tradução da autora).

Essas conclusões vão ao encontro do modelo ideológico de Street, para quem as práticas letradas são plurais e culturalmente determinadas. Observe-se que o autor, segundo ele próprio esclarece, não usou o termo ideológico no sentido marxista estrito.

Na perspectiva sociolinguística que este livro adota, é sensato pensarmos em duas versões do modelo ideológico. A mais fraca postula a pluralidade de práticas letradas, que se consubstanciam em eventos letrados, inclusive eventos locais de letramento pertencentes a culturas não hegemônicas, como veremos no capítulo "A herança da Antropologia cultural 1: a Etnografia da comunicação", sobre práticas e exemplos de Etnografia.

A mais forte advoga que não haveria uma relação causal entre letramento e progresso tecnológico. Essa segunda tese é de difícil comprovação empírica, pois as nações mais adiantadas, e consequentemente mais poderosas, são as que desenvolveram práticas letradas extensivas e impressas, há mais tempo, e têm baixíssimos índices de analfabetismo, inclusive analfabetismo funcional (cf. Moreira, 2003, na questão do analfabetismo funcional).

Comentando o modelo ideológico de letramento de Street, Marcuschi (2001: 28) propõe um contínuo de práticas sociais e atividades comunicativas:

O modelo que pretendo sugerir como adequado para tratar dos problemas de letramento é o que parte da observação das relações entre a oralidade e o letramento na perspectiva do contínuo das práticas sociais e atividades comunicativas envolvendo parcialmente o modelo ideológico (em especial o aspecto da inserção da fala e da escrita no contexto da cultura e da vida social) e observando a organização das formas linguísticas no contínuo dos gêneros textuais.

Antes de concluirmos o capítulo, vamos nos deter um pouco na questão nº 4, que David Olson se colocou: "Há diferenças importantes entre a linguagem oral e a escrita?". Em diversas passagens deste livro, veremos as distinções entre a modalidade escrita e a modalidade oral da língua. Antecipei algumas delas, com o propósito de deixar mais claras as noções relativas aos tipos de letramento. Essa reflexão nos ajuda também a rejeitar posturas discriminatórias, mais propriamente juízos de valor relativos a tipos de letramento ou a eventos de escrita e de oralidade, que resvalam para preconceitos sociais e linguísticos.

A oralidade é, por excelência, uma atividade localmente construída e muito sujeita às contingências do momento da enunciação. De fato, sabemos que a comunicação oral é coconstruída, pelos interagentes. O falante recebe de seus ouvintes sinais de retorno que o ajudam a produzir e a modular a sua fala. O ouvinte pode, pois, ser considerado o principal elemento do contexto que condiciona a fala de seu interlocutor. Ou seja, o interagente é contexto para o falante. Voltarei a esse tema oportunamente.

Além dos ouvintes, os falantes também dispõem de muitos outros apoios contextuais, particularmente os recursos dêiticos, que apontam mais do que nomeiam, por exemplo: "este aqui", "aquele la", "agora", "depois" etc. Na escrita, como normalmente os interlocutores não estão partilhando do mesmo contexto imediato, esses recursos não estão disponíveis. Podemos mesmo dizer que, quanto mais apoio contextual tem um falante, menos necessidade esse falante terá de precisão lexical, e a recíproca é verdadeira.

A necessidade de maior precisão lexical na escrita resulta normalmente em maior formalidade e requer mais planejamento. No entanto, não devemos tratar oralidade e escrita como duas entidades dicotômicas. Um tratamento mais adequado é o de um contínuo, com as extremidades marcadas, respectivamente, pelos eventos de oralidade e de letramento (cf. Bortoni-Ricardo, 2005, cap. 4).

Este capítulo introdutório dedicou-se à descrição do estado da arte dos estudos da linguagem quando a Sociolinguística surgiu como uma disciplina autônoma. Foram mencionados os dois pressupostos que constituem as raízes da Sociolinguística e também alguns teóricos que a precederam, mas que já valorizavam as características dos falantes e as circunstâncias da enunciação.

Discutiu-se também a motivação dos pioneiros vis-à-vis o baixo rendimento escolar de crianças de grupos minoritários e o surgimento de uma área dedicada aos estudos de letramento.

AS LÍNGUAS NO MUNDO

Neste capítulo, você encontrará algumas informações sobre os milhares de línguas faladas no mundo e também sobre a dificuldade de se definir uma língua, considerando-se outras que lhe são aparentadas. Para ilustrar a questão, há referência à situação de multilinguismo no Brasil. Seguem-se reflexões iniciais sobre o multilinguismo e a falta de inteligibilidade entre idiomas diversos, bem como sobre a função dos códigos linguísticos como marcas identitárias. Esses temas serão retomados mais à frente.

Quantas línguas existem no mundo? Essa é uma boa pergunta, mas lamentavelmente não há para ela uma resposta precisa. Estima-se que haja entre seis e sete mil línguas. Mas esse é só um número aproximado, por dois motivos. Primeiro porque existem muitas línguas ainda não catalogadas na África, na Ásia e na América do Sul. Em segundo lugar, não é fácil identificar uma língua, porque as línguas não são homogêneas, usadas por todos os seus falantes da mesma maneira. Pelo contrário, elas comportam muita variação. Dizemos que são constituídas por variedades, que, às vezes, são também referidas como dialetos, e os estudiosos podem ter dúvida quanto a definir determinado idioma como uma língua ou como uma variedade de uma língua.

Levantamentos feitos no Brasil também apresentam discrepância quanto à estimativa do número de línguas faladas em nosso país. O grupo de trabalho da diversidade linguística do Brasil, composto em 2006 por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), presta este depoimento:

No Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades de descendentes de imigrantes cerca de 30 línguas (chamadas de línguas alóctones).

Além disso, usam-se pelo menos duas línguas de sinais de comunidades surdas, línguas crioulas, e práticas linguísticas diferenciadas nos quilombos, muitos já reconhecidos pelo Estado, e outras comunidades afro-brasileiras. Finalmente, há uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças essas de caráter distópico (variações regionais) e diastrático (variações de classes sociais) pelo menos. Somos, portanto, um país de muitas línguas, tal qual a maioria dos países do mundo em 94% dos países são faladas mais de uma língua. (Brasil, 2006-2007: 3)

Com relação às línguas autóctones no Brasil, trabalhei neste manual com a estimativa de 180. Trata-se de uma estimativa, pois até mesmo os maiores especialistas ficam em dúvida, às vezes, se determinado código oral constitui um sistema que pode ser classificado como uma língua ou, antes, é uma variedade de outra língua aparentada ou vizinha.

É possível que houvesse o dobro de línguas indígenas quando os portugueses chegaram ao nosso país. No entanto, a literatura especializada chega a apontar para a existência de mais de mil línguas faladas no território brasileiro no início do século XVI. Estamos diante de informação que carece de bases comprobatórias, como já mencionei.

Ademais, algumas das línguas identificadas no Brasil têm tão poucos falantes que sua vitalidade é considerada em perigo crítico, apenas um estágio antes da extinção. Há grupos indígenas, entretanto, que têm experimentado crescimento, o que pode significar aumento dos falantes de sua língua materna, caso eles ainda a conservem. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), o número de indígenas é de aproximadamente 460 mil, distribuídos em 225 sociedades, considerando apenas os que vivem em aldeias. Naturalmente, há indígenas vivendo fora das reservas e também em áreas urbanas, o que favorece o bilinguismo em seu repertório. É relevante atentar para o que diz o pesquisador Aryon Rodrigues [1926-2014] sobre essa questão.

A redução [das línguas brasileiras] teve como causa maior o desaparecimento dos povos que as falavam [...] o maior número de línguas desapareceu das áreas que foram colonizadas há mais tempo [...]. Uma linha imaginária traçada de São Luís do Maranhão, ao norte, até Porto Alegre, ao sul, passando por perto de Brasília, no centro, deixa a oeste a área onde sobrevivem as línguas indígenas e a leste a área onde elas se extinguiram quase sem exceção. As exceções são apenas três: a língua Yatê dos índios Fulniô, ao sul de Pernambuco; a língua dos índios Maxakalí, no nordeste de Minas Gerais; e a língua dos índios Xokléng, no município de Ibirama, a oeste de Blumenau, em Santa Catarina.

Uma exceção aparente são os grupos de falantes de Guaraní (dialetos Nhandéva e Mbiá) no leste paulista e no litoral dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, os quais têm migrado nos últimos cem anos, do vale do rio Paraná para a costa atlântica. (Rodrigues, 1986: 20)

É sempre bom reiterar que a situação de multilinguismo é mais comum no mundo que a de monolinguismo. No decorrer dos próximos capítulos voltarei à discussão mais detalhada das características de comunidades monolíngues e multilingues. Nós, brasileiros, raramente atentamos para esse fato, pois a cultura brasileira é avessa a admitir a característica multilingue de nosso país.

A convivência de duas ou mais línguas no mesmo território, denominada multilinguismo, e identificada também como plurilinguismo, tem sido objeto de muita reflexão na história da humanidade, como comprovam as tradições religiosas. Vejamos como a questão é tratada na Bíblia.

No Livro do Gênesis, logo após a descrição do dilúvio, o capítulo XI ocupa-se da Torre de Babel. Segundo as escrituras, na Terra "não havia senão uma mesma língua e um mesmo modo de falar". Vindos do Oriente, os homens ocuparam a Terra de Sinear, na Babilônia, e ali decidiram construir uma cidade e uma torre, que chegasse até o céu e os tornasse célebres. O Senhor, porém, para punir-lhes a arrogância, decidiu confundir-lhes a língua, de tal maneira que uns não entendessem

os outros e os dispersou por toda a superfície da Terra. À torre inacabada chamou-se Babel, termo que ainda hoje é usado metaforicamente para indicar desentendimento gerado pela falta de inteligibilidade entre modos de falar.

Para ilustrar como a variação linguística é uma marca identitária que define grupos sociais, étnicos e até políticos, vamos nos reportar a outro episódio bíblico no Livro dos Juízes (capítulos XI e XII). Quando o povo judeu chegou à Terra Prometida, já liderado por Josué, após a morte de Moisés, enfrentou muita disputa por terra. Havia, por esse tempo, um homem chamado Jefté, que era gileadita, da cidade de Gileade. Esse homem liderou diversas batalhas pela posse do território, enfrentando entre outras uma sedição em Efraim.

Para combatê-la, convocou os guerreiros de Gileade e conquistaram os vaus do Rio Jordão. Tinham eles, então, de controlar a passagem dos fugitivos de Efraim. Quando esses chegavam, perguntavam-lhes os de Gileade: "Acaso és tu efrateu?". Se respondessem: "Não sou", os gileaditas lhes ordenavam que pronunciassem a palavra "shibolet", que significa "espiga". Não conseguiam, contudo, os efrateus, pronunciar como palatal o primeiro segmento consonântico da palavra, certamente porque tal fonema não estava presente em seu repertório fonológico. Pronunciavam-no como alveolar: "sibolet", identificando-se, assim, como inimigos. Os gileaditas, diante dessa evidência, os degolavam.

A história de Jefté é muito antiga, mas episódios relacionados a guerras do século XX também ilustram a questão. Durante as guerras mundiais do século passado, milhares de soldados norte-americanos foram enviados para combater em países europeus. Como estratégia de sobrevivência, faziam cursos intensivos das línguas dos países onde lutariam. Esse esforço de guerra promoveu muita pesquisa contrastiva entre o inglês e outras línguas faladas na Europa. Em particular, no caso dos espiões de guerra, era necessário que falassem a língua local sem sotaque que denunciasse sua origem. A análise fonológica contrastiva apontava os fonemas ou alofones críticos, reveladores da língua materna do falante. Por exemplo, um

americano falando francês teria de aprender especialmente a pronúncia da vogal /ü/.

Vejamos outros exemplos, mais próximos de nossa realidade. Um falante nativo do inglês não consegue com facilidade pronunciar as vogais ou os ditongos nasais do português e um brasileiro tem dificuldade de distinguir entre um /i/ breve e um /i/ longo do inglês como no par sheep (carneiro) e ship (navio), porque não temos essa distinção em português. Já os japoneses, falando português, não discriminam as líquidas /r/ e /l/, porque os dois segmentos não são fonemas distintos em sua língua materna.

Até aqui vimos que peculiaridades do sistema fonológico de uma língua funcionam como marcas objetivas de identidade de seus falantes, permitindo que seus interlocutores identifiquem sua origem. Entretanto, a reflexão sobre as línguas, ou variedades de línguas, como marcas identitárias, deve incluir outros aspectos de natureza ideológica ou psicossocial, conforme veremos ao longo deste livro.

O Círculo Linguístico de Praga, na primeira metade do século xx, apontava que as línguas nacionais exercem uma função separatista e também uma função unificadora. Na fronteira entre dois estados nacionais, por exemplo, a função separatista das línguas torna-se muito relevante. Uma observação, porém, se impõe aqui, antes de prosseguirmos. Fronteiras linguísticas não são rígidas como as fronteiras geopolíticas. A literatura técnica ensina que entre duas capitais. europeias, como Viena e Roma, por exemplo, existe um contínuo dialetal no qual, gradualmente, dialetos do alemão, croata, húngaro e esloveno, usados na Áustria, vão sendo substituídos no contínuo por dialetos do italiano, à medida que se avança pelo território da Itália. Quanto à função unificadora, ensinavam os linguistas de Praga que ela confere o sentimento de pertinência a uma nação, contribuindo para a atitude de lealdade aos valores nacionais.

Não é somente na relação entre línguas oficiais de dois ou mais países que se pode observar o papel de símbolo identitário de um código linguístico. Também

no âmbito de uma mesma língua, é notável como os usos linguísticos são um instrumento que os falantes usam para marcar sua identidade, especialmente sua origem geográfica. No Brasil, comunidades de fala em cidades e regiões de colonização mais antiga já desenvolveram variedades que as identificam, seja pelo sotaque, seja por palavras e expressões típicas. Até mesmo em cidades fundadas há menos tempo, como Belo Horizonte, Goiânia e Londrina, por exemplo, já é possível identificar traços no português local que funcionam como marcas identitárias para seus falantes.

Quanto a isso, Brasília é um caso bem especial. Construída no final na década de 1950, para ali convergiram brasileiros de todas as regiões do país e de diferentes estratos sociais. Ainda não se passou o tempo necessário para que nessa capital se consolidasse um sotaque que possa identificar seus residentes. Robert Le Page [1920-2006], sociolinguista e crioulista britânico, denomina esse processo focalização dialetal (Le Page, 1980), o qual se processa ao longo de várias gerações.

Mesmo não tendo ainda se constituído um falar brasiliense, podem-se encontrar marcas identitárias no repertório linguístico dos residentes em Brasília, que analiso como resultado de três movimentos: do regional para ao suprarregional, do rural para o urbano e do oral para o letrado. São marcas suprarregionais porque os modos de falar das novas gerações em Brasília não absorvem nem conservam os traços salientes dos sotaques de outras regiões trazidos por seus pais ou parentes mais velhos. Até mesmo os moradores que chegaram à cidade, já adultos, aos poucos perdem os traços mais típicos de seus lugares de origem.

São marcas urbanas porque a capital do Brasil, mesmo situando-se no centro de uma rica e tradicional cultura rural, busca uma identidade cosmopolita, que se reflete na sua fala. São marcas letradas porque, na condição de capital do país, a cidade exibe índices de escolaridade. que superam os de muitas outras áreas (cf. Bortoni-Ricardo; Vellasco e Freitas, 2010).

Uma situação sociolinguística muito peculiar resultante de línguas em contato é a emergência de pidgins e línguas crioulas. O termo pidgin, considerado derivado da palavra business, denota uma língua de emergência desenvolvida para propiciar o contato entre estrangeiros, mais propriamente entre os colonizadores europeus - ingleses, franceses, portugueses, espanhóis e holandeses - e as populações aborigines nos territórios por eles colonizados, como nos informa David DeCamp [1927-1979], (1977).

Os estudos de pidgins e crioulos tornaram-se uma disciplina autônoma a partir do final da década de 1950. Segundo a literatura da área, o pidgin é um código limitado léxica e estruturalmente, próprio para as funções de comunicação de emergência entre grupos sociais em situações específicas: os conquistadores forasteiros, falantes da língua referida como superstrato, engajados em processos de acomodação (ver capítulo "A herança da Antropologia cultural 2: redes sociais e identidade"), e os grupos aborigines que gradualmente vão-se tornando usuários de interlínguas, em seu esforço de dominar a língua-alvo. Um pidgin pode ter duração razoavelmente efêmera, seguindo dois ciclos possíveis: ou desaparece ou evolui para uma língua crioula. A passagem do pidgin para uma língua crioula dá-se quando uma ou sucessivas gerações o adotam como uma língua materna, conferindo - The as características de uma língua natural.

A única forma de um pidgin escapar da extinção é evoluindo em uma língua crioula; i.e. a sintaxe e vocabulário são ampliados e ele se torna a língua nativa da comunidade. Após essa metamorfose pode sobreviver longamente depois do término dos contatos entre línguas que mantiverem o pidgin. De fato não se pode saber quantas línguas "normais" no mundo originaram-se de um processo de pidgin-crioulo. (DeCamp, 1977: 16; tradução da autora)

Caracteriza-se um pidgin pela drástica redução flexional da morfologia da língua-alvo, especialmente no caso das marcas redundantes, e pela refonologização do léxico tomado de empréstimo ao superstrato. É possível também ocorrer uma relexificação quando um pidgin sofre influência de uma segunda colonização.

Estima-se que só no Caribe seis milhões de pessoas falem crioulo, que é também encontrado na África Ocidental (Serra Leoa e Camarões), na África do Sul, no sul e sudeste da Ásia (Índia, Macau e Filipinas) etc. DeCamp (1977) afirma que os falantes de crioulo de base francesa podem totalizar quatro milhões e quinhentos mil, distribuídos pelo Haiti, pela Guiana Francesa, pela Louisiana e pelas Antilhas (Guadalupe, Martinica etc.).

Os crioulos de base inglesa são falados por cerca de um milhão e meio de pessoas na África Ocidental, na Jamaica, em Trinidad e Tobago, em Barbados etc. O Instituto Camões faz referência aos crioulos de base portuguesa que menciono nos parágrafos a seguir.

Na África, encontram-se os crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (em São Tomé e Príncipe e Ano Bom). Na Índia, os crioulos denominados indoportugueses são os seguintes: de Diu, Damão, Bombaim, Chaul, Korlai, Mangalor, Cananor, Tellicherry, Mahé, Cochim, Vaipim e Quilom, e da Costa de Coromandel e de Bengala. Em Sri-Lanka são citados os de Trincomalee e Batticaloa, de Mannar e da zona de Puttallam. Há controvérsia quanto à existência de um crioulo em Goa.

São referidos também crioulos de base portuguesa na Ásia: na Malásia (Malaca, Kuala Lumpur e Singapura) e em algumas ilhas da Indonésia (Java, Flores, Ternate, Ambom, Macassar e Timor), conhecidos sob a designação de malaio-portugueses. Os crioulos sinoportugueses citados são os de Macau e Hong-Kong. Convém mencionar ainda que o papiamento de Curaçau, Aruba e Bonaire, nas Antilhas, e outro crioulo no Suriname, o Saramacano, incluem, em parte, léxico de base portuguesa. Vejamos a seguir um exemplo de crioulo cabo-verdiano na canção de Sara Tavares."

Voá borboleta
(Sara Tavares)

Voá borboleta, abri bôs asas e voá.

Bem trazêm quel morabeza

Quand m'oiábô voá.

Bô ca têm ninhum tristeza.

Mesmo si bô ta morrê manhã.

Dor ca ta existi pa quem voá.

Borboleta, borboleta.

Abri bôs asas e voá, mesmo se vida bai amanhã.

Borboleta... Se um prende vivê ess vida.

Cada dia voá.

É um mensagem pa tude gente.

Qui tá sobrevivê tude alguém sim força pá voá pa vivê.

Lá na mei de escuridão, No podê encontra razão.

Só no credita.

No podê voá.

Borboleta, borboleta.

Abri bôs asas e voá.

Mesmo se vida bai amanhã.

Borboleta.

No podê vivê nos vida.

Cada dia voá

No Brasil, há uma robusta polêmica sobre a existência de pidgins no território brasileiro no período colonial que explicaria grande parte das características de variedades populares, distribuídas no contínuo rural-urbano do nosso português.

Naro e Scherre (2007) posicionam-se contra essa hipótese de crioulização. Já Lucchesi (2008) apresenta evidências em favor da hipótese. Há que se admitir, todavia, que o contato de línguas no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, favorecia o surgimento de pidgins. Sua evolução em uma língua crioula, de que não há registros, pode ter sido sustada pelo aumento da presença portuguesa motivado pela

descoberta de ouro e de diamantes em Minas Gerais e pela política de imposição da língua metropolitana pela Coroa de Portugal. O fato é que o contato de línguas, a ausência de um sistema educacional e a ínfima circulação de textos escritos em português, já que até 1809 era proibida na Colônia qualquer atividade de imprensa, contribuíram para formar no Brasil uma variedade dialetal de português oral, muito distinta da língua falada e escrita em centros urbanos em Portugal e, posteriormente, no Brasil. (Bortoni-Ricardo, 2011: 29-30)

Retomarei esse tema no capítulo "A Micro e a Macrossocio-linguística". Serafim da Silva Neto [1917-1967] (1977/1950: 33-34) faz referência a fragmentos do português falado por índios e recolhidos em 1620, que nos parecem evidência de uma interlíngua:

1 - Rey
Be pala cá Tapua
Eguê
Façamo feça a nozo Rey
Façamo, façamo feça a nozo Rey
Oya Tapua que rigo
Tapuya vem nos nopreças
Que nozo há de fazê um feças
Se vos vem quando te rigo
Resposta:
Nós no quere ba contigo
Minya Rei que me quere?

Embora o registro careça de fidedignidade científica, como o próprio autor alerta, pode-se conjeturar que estejamos diante de evidências de um processo de pidgnização.

Neste capítulo lembrei que no mundo são faladas milhares de línguas, mas alertei para a dificuldade de se identificar uma língua, considerando as que lhe são

aparentadas ou as suas variedades. Mesmo no Brasil, que muitos creem seja um país monolíngue, falam-se cerca de 200 idiomas, dos quais 180 são indígenas.

Em relação a situações de multilinguismo e à relação entre língua e identidade, citei episódios bíblicos ilustrativos e exemplos contemporâneos. Foi mencionada a doutrina do Círculo Linguístico de Praga referente ao conceito de língua padrão e referidas jovens comunidades de fala no Brasil onde estão em andamento o processo de focalização dialetal e o de difusão dialetal. Em seguida discuti línguas pidgins e crioulas, como um exemplo especial de línguas em contato. Na conclusão, tratei sucintamente da controvertida hipótese de crioulização na formação do português brasileiro.